

Representatividade Feminina e Formulação de Política no Brasil

GABRIEL BRASIL (*)

A cada ano, o Mês da Mulher oferece a oportunidade de refletirmos acerca dos grandiosos desafios que marcam o tema da desigualdade de gênero em diferentes espaços sociais, inclusive os da política e da economia. Embora o panorama seja problemático globalmente, o Brasil parece apresentar indicadores especialmente ruins, que reforçam a urgência de um escrutínio rigoroso e propositivo – tanto pelo ponto de vista moral como da qualidade da formulação de políticas públicas.

Quatro anos atrás, em artigo para este mesmo boletim, este autor apresentou alguns argumentos em favor de uma postura mais ambiciosa da sociedade brasileira com relação à limitada participação feminina no debate político-econômico brasileiro.¹ O artigo trouxe algumas evidências – que hoje estão cada vez mais robustas na literatura acadêmica – acerca das diferenças significativas de formulação de política entre homens e mulheres com formações similares, inclusive em temas caros para a sociedade no contexto das crises que vivemos atualmente, como meio ambiente, desenvolvimento social e defesa. À época, o artigo compilou alguns

indicadores preocupantes, como o fato de o Brasil ter tido apenas uma ministra da Fazenda na nossa história contra 85 ministros homens. Hoje, são 86. Nenhuma mulher havia presidido o Banco Central, realidade que também persiste.

Vale a pena retomar tal discussão. Entre outros motivos, porque ficou escancarado nos últimos anos que o problema atravessa o espectro político de forma consistente – da extrema direita de Jair Bolsonaro (2019-22) à centro-esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva – ainda que o atual presidente tenha mantido retórica progressista com relação ao tema, e que o eleitorado feminino tenha sido crucial na sua eleição.

No total, o Executivo Federal tem atualmente 38 ministérios, com apenas oito deles sendo liderados por mulheres. Chama a atenção ainda o fato de que, no contexto de negociações políticas em busca de melhor governabilidade, Lula ainda demitiu duas ministras no seu primeiro ano de mandato – Ana Moser, do Ministério dos Esportes, e Daniela Carneiro, do Ministério do Turismo. Lula também substi-

tuiu a presidenta da Caixa Econômica Federal Rita Serrano por um homem indicado por partidos aliados. No Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad, há atualmente oito secretarias, sendo cinco delas ocupadas por homens, incluindo a secretaria executiva. No Banco Central, as diretorias são oito, das quais sete são ocupadas por homens, como também é o caso da presidência. O BNDES parece ser uma exceção a tal padrão. Ainda que seja presidido por um homem, cinco das suas nove diretorias são lideradas por mulheres.

No Judiciário e no Legislativo, a disparidade também é grave. Segundo levantamento da CNN Brasil, as eleições de 2022 produziram, no total, 1.394 mandatos masculinos para a Câmara dos Deputados, o Senado, as Assembleias Legislativas e os governos estaduais – contra 302 mandatos femininos.² No Supremo Tribunal Federal, há apenas uma mulher entre as 11 cadeiras – cenário que piorou no último ano, dado que Lula indicou dois homens para as duas vagas que se abriram no último ano, uma delas pertencente a Rosa Weber (substituída por Cristiano Zanin).

Do ponto de vista econômico, são diversos – e centrais – os temas que normalmente se beneficiam de maior diversidade de *background* na formulação de política. O combate à pobreza é um bom exemplo, considerando em especial o papel da mulher nos lares mais vulneráveis ao redor do país; segundo o governo federal, mulheres são responsáveis por 81% das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família.³ Estudo bastante repercutido na literatura de Duflo e Chattopadhyay (2004), com dados da Índia, mostrou como a presença de mulheres na formulação de política afeta a provisão de bens públicos importantes para o combate à pobreza.

A preservação ambiental, que a cada dia ocupa um espaço mais importante em discussões sobre desenvolvimento econômico e é um tema especialmente caro ao Brasil, é outro exemplo. Estudos compilados pelo Banco de Investimento Europeu (EIB, braço da União Europeia) mostraram, em linha com outras evidências, que países com mais mulheres no Legislativo tendem a ratificar mais políticas de combate às mudanças climáticas e tratados ambientais.⁴

A área da educação, cujas deficiências explicam parte do baixo desempenho econômico brasileiro nas últimas décadas, é outro bom exemplo. Artigo de Hessami

e Baskaran (2020) mostrou que a maior presença de mulheres na formulação de política favorece o aumento da cobertura educacional – resultado também em linha com estudos análogos. Trata-se, afinal, de literatura ampla. Do ponto de vista do crescimento econômico estrito, finalmente, Dahlum, Knutson e Mechkova (2022) mostraram que o empoderamento político de mulheres está positivamente relacionado com o aumento do PIB *per capita* em 182 países ao longo de 221 anos.

Vale destacar, ainda, que algumas das medidas do governo mais elogiadas no debate político atual e com implicações econômicas diretas foram patrocinadas pelas poucas ministras mulheres que fazem parte do primeiro escalão do Executivo. É o caso da implementação do Concurso Público Nacional Unificado, liderado pela ministra da Gestão Esther Dweck; o complexo Plano Plurianual (PPA), gerenciado pela ministra do Planejamento Simone Tebet; e a expressiva queda do desmatamento na Amazônia (em 50% em 2023, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE), registrada sob a gestão da ministra do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas Marina Silva.⁵

É verdade que o problema da disparidade de gênero no Brasil não é exclusividade do governo – ou do

governo federal, especificamente. Trata-se de realidade sabidamente pervasiva no setor privado e na academia. Ocorre que o governo federal, dada a sua representatividade e os recursos associados à sua estrutura, é provavelmente a instituição com a maior capacidade de gerar impacto positivo em tal cenário. O fato de ser um problema predominante inclusive em governos que dominam o espaço progressista do debate político exacerba a persistência dos desafios do país com relação ao tema. Como já era quatro anos atrás, trata-se de problema urgente.

Referências

- DAHLUM, S.; KNUTSEN, CH.; MECHKOVA, V. **Women's political empowerment and economic growth**. 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X22000122>.
- DUFLO, E.; CHATTOPADHYAY, R. **Women as policy makers: evidence from a randomized policy experiment in India**. 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3598894>.
- HESSAMI, Z.; BASKARAN, T. **Women as policymakers do make a difference**. 2020. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/women-policymakers-do-make-difference>.

1 <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif474.pdf>

- 2 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-aumentam-representacao-na-camara-mas-representatividade-ainda-e-baixa/>
- 3 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/mulheres-sao-responsaveis-familiares-em-81-das-concessoes-do-bolsa-familia>
- 4 <https://www.eib.org/en/stories/female-leaders-climate>
- 5 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-01/inpe-aponta-que-desmatamento-na-amazonia-caiu-pela-metade-em-2023#:~:text=Em%202023%2C%20toda%20a%20Amaz%C3%B4nia,Instituto%20Nacional%20de%20Pesquisas%20Espaciais>.

() Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo (USP). (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).*